

## **Pesquisa Documental e História Oral Temática: Sua Utilização na Elaboração de Biografias de Professores e Pesquisadores da Área Contábil no Brasil**

### **Autores:**

**CARLA ROSANGELA WACHHOLZ**

(FACULDADE DE TECNOLOGIA SENAC RS)

**ERNANI OTT**

(UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS)

### **Resumo**

O objetivo desse trabalho é contribuir para a elaboração de biografias de professores que se dedicaram e se dedicam ao ensino e à pesquisa na área contábil, com a utilização das técnicas de pesquisa documental e de história oral temática, visando divulgar elementos relacionados com suas vidas: pessoal, acadêmica e profissional, e contribuindo, assim, para construir a história da contabilidade no Brasil. Nesse sentido, fez-se uma aplicação prática destas técnicas na elaboração da biografia de um professor que atuou durante 30 anos em uma Instituição de Ensino Superior no Estado do Rio Grande do Sul, onde se resgata sua contribuição na formação de profissionais e docentes, e na disseminação do conhecimento contábil. Dentre os trabalhos desenvolvidos por este professor destacam-se: livros e artigos publicados; implantação de uma metodologia diferenciada para o ensino da contabilidade; projetos de pesquisa voltados para a análise financeira e econômica dos principais setores industriais do Vale do Rio dos Sinos; projetos de pesquisa na área de ensino da contabilidade; e criação da Associação de Professores do Ensino Superior de Contabilidade (APESC).

### **1 Introdução**

Através do ensino e da pesquisa, as Instituições de Ensino Superior têm cumprido um papel relevante na disseminação do conhecimento contábil, no Brasil, graças à dedicação de docentes e pesquisadores que de longa data vêm atuando nas mesmas. Particularmente, no Rio Grande do Sul, duas instituições têm se destacado na área contábil: a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), através da contribuição de professores como: Cibilis da Rocha Vianna, Rudolf Ornstein, Albino Mathias Steinstrasser, José Olavo do Nascimento e Olívio Koliver, entre outros; e a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), através da contribuição do professor Alexandre Vertes.

Extrapolando para o país como um todo, pode-se identificar um número expressivo de professores que, a exemplo dos citados, têm desempenhado um importante papel na formação de profissionais, professores e pesquisadores na área. Tal constatação leva à formulação da seguinte questão: qual a contribuição dos professores e pesquisadores brasileiros da área de contabilidade na disseminação do conhecimento contábil?

Tendo presente essa questão, definiu-se como objetivo geral desse estudo: evidenciar a contribuição do professor Alexandre Vertes na disseminação do conhecimento contábil.

Com a sua realização, pretende-se abrir um campo de pesquisa destinado à construção da história contábil brasileira, tendo como protagonistas os professores e pesquisadores da área, onde podem ser examinados elementos relacionados com a vida pessoal, profissional e acadêmica dos mesmos. Com essa motivação, apresenta-se esse artigo enfocando a vida e obra de um professor da área contábil, no caso, o professor Dr. Alexandre Vertes.

A produção científica do professor Vertes ocorreu, principalmente, nas décadas de 1960 e 1970, e a consideração do fator tempo é fundamental para a compreensão da sua

relevância. Conforme Schmidt (1996, p. 11), a validade das idéias “[...] deve estar relacionada com o local e a época em que ocorreram”.

## 2 Referencial Histórico

O ensino da contabilidade, no Brasil, teve início com as aulas de comércio no começo do século XIX, caracterizado como essencialmente técnico. Inicialmente a disciplina de contabilidade era ministrada em outros cursos, pois não existia curso específico em contabilidade. As disciplinas ministradas na Aula de Comércio eram, essencialmente, voltadas para o atendimento das necessidades do comércio e atividades financeiras, considerando-se que, na referida época, o processo industrial, no Brasil, era praticamente inexistente e, de acordo com Laffin (2002), as atividades que demandavam maior controle eram as comerciais e bancárias.

Saes e Cytrynowicz (2001) assinalam que na segunda metade do século XIX ocorreram transformações significativas na economia brasileira, destacando-se a produção de café, a construção de estradas de ferro, o estabelecimento de empresas de serviços urbanos e o investimento de capital estrangeiro nos empreendimentos brasileiros. Esses fatores tornaram a economia complexa, demandando aperfeiçoamento na gestão dos negócios.

Visando atender às necessidades oriundas do desenvolvimento econômico, de acordo com Bacci (2002), em 1856, a Aula de Comércio foi reestruturada e passou a ser denominada de Instituto Comercial do Rio de Janeiro, adotando características da Aula de Comércio de Portugal. Foram feitas alterações curriculares, sendo incluídas as cadeiras de direito mercantil e economia política.

Bacci (2002) assinala que a Escola Prática de Comércio de São Paulo nasceu através do empenho e apoio de empresários e, atualmente, denomina-se Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, em homenagem ao apoio recebido do empresário Antonio Álvares Penteado. Foi uma das primeiras escolas a organizar curso específico para a formação de guarda-livros. Schmidt (1996) destaca que a Escola de Comércio Álvares Penteado foi importante para o desenvolvimento da contabilidade, pois formou professores que tiveram destaque no Brasil na área contábil, dentre os quais, Francisco D’Auria e Frederico Hermann Junior.

Para Saes e Cytrynowicz (2001), as mudanças políticas e econômicas da década de 1930 promoveram alguns acontecimentos importantes na educação profissional contábil, tais como: o Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931, que organizou o ensino profissional comercial, atendendo às reivindicações feitas no 1.º Congresso Brasileiro de Contabilidade, e regulamentou a profissão de contador. Porém, não estava ainda muito clara a definição entre economista, administrador e contador.

No ano seguinte o Decreto n.º 21.033, regulamentou a situação dos práticos em contabilidade, que eram pessoas que tinham conhecimento empírico das práticas contábeis, sem contar, no entanto, com uma formação acadêmica. O referido decreto definiu condições e prazos para que esses práticos realizassem seus registros e, a partir de então, o registro passou a ser vinculado à formação escolar.

A área de conhecimento contábil passou a ser reconhecida como nível universitário somente em setembro de 1945, através do Decreto-Lei n.º 7.988, que criou os cursos superiores de Ciências Econômicas e de Ciências Contábeis e Atuariais.

De acordo com Laffin (2002), o Decreto-Lei nº 7.988 passou a conferir aos egressos do curso de ciências contábeis o título de bacharel em Ciências Contábeis e Atuariais e o título de Doutor em Ciências Contábeis e Atuariais aos que defendessem tese, no período de

dois anos após o término do curso, a qual deveria contribuir para o desenvolvimento do conhecimento contábil. A partir do referido decreto, a contabilidade brasileira começou uma nova trajetória histórica marcada pela sua solidificação como ciência e pelo fortalecimento da classe contábil como atividade profissional.

Posteriormente, em janeiro de 1946, com a criação do curso de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade de São Paulo (USP), o Brasil constituiu seu primeiro núcleo de pesquisa contábil, abrigando estudiosos que aportaram contribuições relevantes para a ciência contábil, através de pesquisas, de publicações científicas e da formação de profissionais. Em 27 de maio de 1946, através do Decreto-Lei n.º 9.295, foram criados o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Contabilidade, regulamentando a profissão de contabilista e instituindo duas categorias distintas: a de Técnico em Contabilidade, para os egressos de nível médio; e a de Contador, para os egressos dos cursos de Ciências Contábeis de nível universitário.

O Brasil sofreu influência na área contábil, inicialmente, das escolas italianas e, posteriormente, da escola norte-americana. Conforme Schmidt (1996), em 1964, o professor José da Costa Boucinhas introduziu o método didático norte-americano para o ensino da Contabilidade Geral. Posteriormente, em 1971, os professores do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo (FEA-USP) elaboraram o livro “Contabilidade Introdutória”, o qual foi adotado por quase todas as faculdades brasileiras, promovendo a difusão da metodologia norte-americana.

### 3 Método de Pesquisa

Nesta pesquisa, fez-se uma abordagem qualitativa do problema (GIL, 1999), na medida em que sua resposta se respalda em pesquisa de cunho documental (GODOY, 1995) e em fontes orais (MEIHY, 1996), materializadas em entrevistas com pessoas que conviveram com o sujeito da pesquisa.

No que se refere ao objetivo, a pesquisa pode ser enquadrada como descritiva (GIL, 1999), pois, com base no material levantado e nas entrevistas realizadas fez-se uma análise descritiva das características pessoais e profissionais do sujeito da pesquisa, dando-se ênfase à sua condição de professor e pesquisador da área contábil na UNISINOS.

Quanto aos procedimentos técnicos, a investigação está enquadrada na categoria de pesquisa documental, pois se lançou mão de documentos pessoais e de material publicado de autoria do sujeito da pesquisa. Também pode ser considerada como uma pesquisa de campo, na medida em que se fez uso de depoimentos de pessoas que conviveram com o sujeito da pesquisa no âmbito pessoal, profissional e acadêmico (GIL, 1999).

Para Godoy (1995), os documentos, normalmente, constituem-se em fontes de dados significativos para as pesquisas qualitativas. Dessa forma, foi definida a opção pela pesquisa documental, tendo em vista que ela oferece condições para se buscar informações oficiais sobre a trajetória de personagens históricos ou que tiveram importância em um dado momento da história.

Na pesquisa de campo foi utilizado o procedimento de coleta de informações na modalidade de história oral temática, pela possibilidade que ela oferece de complementar-se informações originadas em documentos e/ou de evidenciar o que ainda não foi efetivamente documentado. Nesse sentido, para Meihy (1996, p. 13), a “história oral é um recurso moderno usado para elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à vida social de pessoas”. A oralidade visa ao entendimento da vida das pessoas no contexto social, pois, de

acordo com Thompson (1992, p. 44), “[...] é uma história construída em torno da vida das pessoas”. Para este autor, a história oral possibilita interagir com a comunidade, ampliando o campo de atuação da história. Conforme Meihy (1996), os procedimentos metodológicos devem ser devidamente planejados, e as principais etapas são: a gravação, a transcrição das entrevistas e a análise dos documentos transcritos à luz dos conceitos-chave escolhidos para análise de toda a documentação.

### 3.1 Coleta, organização e sistematização dos dados

Para a coleta, organização e sistematização dos dados foram utilizados: documentos pessoais; documentos acadêmicos, como livros e revistas referentes à área de conhecimento das ciências contábeis; assentamentos existentes na pasta laboral do sujeito da pesquisa, localizada nos arquivos da Universidade; documentos acadêmicos arquivados no setor de registros da Universidade; entrevistas semi-estruturadas. Também foram utilizadas fontes impressas (jornalísticas) para verificar a repercussão do trabalho do sujeito da pesquisa fora do ambiente da academia.

Tendo em vista que o número limitado de páginas do presente artigo impossibilitou detalhar as referências das fontes, optou-se por indicar nas referências somente as fontes citadas no texto, apresentando-se, a seguir, a relação dos tipos e quantidade de fontes utilizadas nessa pesquisa:

#### a) Fontes Escritas

- Bibliográficas – Livros (32)
- Documentais – Ofícios (18); Cartas (49); Relatórios (18); Palestras (1); Certificados e Diplomas (13); Atas e Contratos (4); Projetos de Lei (5).
- Jornalísticas – Artigos (9).

#### b) Fontes Orais

- Entrevistas concedidas aos autores (12); Concedidas aos meios de comunicação - TV (3).

A entrevista é a principal etapa da história oral, pois, de acordo com Alberti (2005, p. 78), “é na realização de entrevistas que se situa efetivamente fazer a história oral”. No caso presente, a pesquisa baseou-se em entrevistas semi-estruturadas, seguindo um roteiro pré-estabelecido, mas ficando o entrevistador em condições de reformular ou inserir questões ao perceber possíveis dificuldades de entendimento por parte dos entrevistados. Essa etapa iniciou-se com a seleção dos entrevistados e a elaboração do roteiro de entrevistas.

A definição das pessoas a serem entrevistadas se baseia em critérios qualitativos relacionados com o que se quer saber, pois, segundo Alberti (2005, p. 172), “os entrevistados são tomados como unidades qualitativas, e não como unidades estatísticas”. O autor evidencia que a história oral possui um elevado grau de imponderabilidade, pois nem todas as entrevistas atendem às expectativas inicialmente concebidas. Portanto, no projeto de pesquisa de história oral não é possível definir o número exato de pessoas que serão entrevistadas e, sim, listar os entrevistados em potencial, de acordo com critérios previamente estabelecidos. Nesse sentido, os seguintes elementos foram considerados na seleção das pessoas a serem entrevistadas:

a) ser parente do sujeito da pesquisa e/ou ter feito parte do seu círculo de amizades, com o objetivo de narrar a trajetória de sua vida, sua formação e sua opção pela área acadêmica;

- b) ter trabalhado com o sujeito da pesquisa na Universidade e no mesmo Centro Acadêmico;
- c) ter participado nos seus projetos de pesquisa;
- d) ter sido seu aluno na graduação ou em cursos de extensão e pós-graduação;
- e) ter trabalhado com o sujeito da pesquisa em consultorias prestadas às empresas.

Os itens “b” a “e” visam resgatar a trajetória do sujeito da pesquisa na academia e no meio empresarial.

Uma vez estabelecidos os critérios de seleção dos entrevistados, foram inicialmente escolhidas dez pessoas. No entanto, no desenvolvimento da pesquisas foram selecionadas mais quatro pessoas.

Os roteiros de entrevistas foram elaborados a partir das seguintes palavras-chave: atividades profissionais fora da academia; relações profissionais dos entrevistados com o sujeito da pesquisa; produção científica do sujeito da pesquisa; relação de amizade dos entrevistados com o sujeito da pesquisa; projetos de pesquisa liderados ou coordenados pelo sujeito da pesquisa; e delineadas pelo tipo de relação que os entrevistados tiveram com o sujeito de pesquisa, a saber: vida pessoal e atividades profissionais na UNISINOS.

As entrevistas foram realizadas no período de 21 de dezembro de 2005 a 26 de janeiro de 2006, em locais, horários e dias definidos pelos narradores, a cargo dos pesquisadores, com gravação em meio digital. Duas das pessoas selecionadas não foram entrevistadas; uma delas por entender que não tinha muito a contribuir na pesquisa, e a outra quando estavam sendo iniciados os procedimentos para as entrevistas se encontrava bastante doente, vindo a falecer no dia 17 de dezembro de 2005.

As entrevistas foram seguidas pela fase da transposição dos discursos orais gravados para os discursos escritos. O procedimento adotado foi de iniciar esse trabalho imediatamente após a realização das entrevistas. Isso possibilitou recuperar as impressões do encontro com maior precisão e, nesse sentido, as anotações feitas durante a entrevista também auxiliaram.

Para executar o processo de transcrição foram utilizados os procedimentos descritos por Thompson (1992) e Alberti (2005). Optou-se pela transcrição integral do material gravado, pois, conforme evidencia Thompson (1992, p. 293), “[...] não existe nada que substitua uma transcrição completa. A transcrição integral deve, pois, incluir tudo o que está gravado, com exceção das possíveis digressões, para verificar se o gravador está funcionando e tomar uma xícara de café, por exemplo”.

Com relação à execução da transcrição, foram seguidos os procedimentos descritos por Alberti (2005), ou seja, em cada entrevista, inicialmente, ouviu-se um trecho da fita para familiarização com o discurso e a fala do entrevistado. Em seguida, voltou-se à gravação, procurou-se ouvir as construções das frases e iniciou-se, então, a transcrição. As entrevistas foram transcritas diretamente num computador para evitar o re-trabalho e possíveis distorções em função da grafia. Uma vez realizada a primeira etapa da transcrição, iniciou-se o trabalho de conferência. Nessa etapa, ouviu-se novamente a gravação e comparou-se com o texto transcrito, e, quando necessário, foram efetuadas correções de datas, nomes de pessoas e lugares.

### 3.2 Análise dos dados

Uma vez coletados, organizados e sistematizados, os dados foram analisados qualitativamente e com abordagem descritiva, de acordo com as seguintes categorias de análise: vida pessoal, formação profissional, atuação como docente e produção científica.

Para organizar o material coletado proveniente das fontes escritas, impressas e orais, foi utilizada a técnica de fichamento. As fichas elaboradas contêm informações sobre: a) registro dos dados dos documentos (entrevistado, data, local, autor, título, editora, ano e localização); b) categoria de análise; c) informação sobre o conteúdo do documento (literal ou resumo).

Todos os documentos encontrados e entrevistas transcritas receberam a classificação nas fichas, dentro da categoria correspondente. Uma vez classificado o material ou partes do material na respectiva categoria, identificou-se a fonte do mesmo e anotou-se tudo o que era considerado relevante para aquela categoria de análise. Em alguns casos, um único documento era relacionado em diversas categorias.

Os documentos provenientes das fontes escritas (impressas) e orais, uma vez analisados de acordo com as categorias de análise, foram tratados como fontes de informações a partir das quais foi elaborado o texto em que se descreveu a atuação acadêmica do sujeito da pesquisa.

### 3.3 Limitações do método

Sabe-se que no desenvolvimento de pesquisas os recursos metodológicos são passíveis de limitações. No caso da presente pesquisa, por exemplo, fez-se uso do método qualitativo. Conforme Neves (1996), as pesquisas qualitativas visam expressar o sentido dos fenômenos sociais, ou seja, compreender a essência. Para tal, são utilizados dados descritivos, obtidos a partir da interação do pesquisador com o objeto de pesquisa. A interpretação e compreensão dos fenômenos estudados, geralmente, são feitas à luz das perspectivas dos participantes do contexto estudado. Em vista do exposto, Manning (1979) chama a atenção para os problemas relacionados com a análise e decodificação dos dados, tendo em vista que esses dados refletem idéias escritas ou faladas. No presente estudo foram utilizadas fontes orais e documentais, o que pode ter acarretado algum problema de compreensão do discurso.

Os procedimentos pertinentes às fontes orais foram delineados pelos recursos de história oral, e as informações baseiam-se na memória das pessoas entrevistadas. Esse fator é apontado por Haguette (1995) como uma limitação, pois a memória não constitui simplesmente dados de fatos passados. Ela encontra-se integrada com o presente, e isso implica em constante mudança e reformulação da memória em função das experiências e impressões geradas por fatos novos. Em vista do exposto, o autor recomenda que os depoimentos sejam considerados no seu conjunto e não individualmente, ou complementados por outras fontes. Considerando-se que as fontes orais foram utilizadas para complementar dados provenientes das fontes documentais, acredita-se que tenha sido possível minimizar a limitação apontada.

## 4 Professor Dr. Alexandre Vertes

### 4.1 Dados pessoais e formação acadêmica

O professor Vertes nasceu em Budapeste, Hungria, em 26 de abril de 1908. Veio para o Brasil logo após a Segunda Guerra Mundial, em 1951, quando se instalou na Hungria o regime comunista.

Formou-se em Ciências Econômicas na Universidade *Regiae Hungaricae Scientiarum Technicarum et Oeconomicarum – Palatinus Josephus* – em Budapeste, Hungria, em 1937, obtendo o título de Economista Diplomado. Defendeu sua Tese de Doutorado também em 1937 na instituição supramencionada, intitulada: “A evolução da indústria e do comércio de móveis na Hungria desde a importação até a exportação”, obtendo o título de *Oeconomiae Publicae Doctorem*. Em 1949 concluiu o curso de Perícia Contábil, obtendo o título de Contador Público.

Quanto aos motivos que o levaram a optar pela área acadêmica, Vertes (1973) revela que a identificação com o ensino começou na sua infância. Quando terminou os seus estudos, equivalentes ao ensino médio aqui no Brasil, já tinha clareza sobre a formação que deveria buscar para realizar o sonho de tornar-se docente. E, de acordo com as pessoas que conviveram com ele, era um apaixonado pelo Brasil e pela profissão de docente.

#### 4.2 Atividades acadêmicas no Brasil

O professor Vertes iniciou suas atividades como docente na Faculdade de Economia do Vale do Rio dos Sinos (FEVARSINOS), atual UNISINOS, em 1959. Em 1966 implantou na referida instituição o Curso de Ciências Contábeis. Exerceu atividades docentes na UNSINOS pelo período de trinta anos, implementando uma metodologia de ensino da contabilidade diferente da tradicionalmente utilizada nas demais instituições de ensino superior. Os principais elementos diferenciadores dessa metodologia encontram-se detalhados a seguir.

##### 4.2.1 Inventário Geral Patrimonial

O Inventário Geral Patrimonial representa a base da metodologia adotada pelo professor Vertes para o ensino da contabilidade. Como assinala Ott (2005): “o professor Vertes tinha a preocupação de assentar o estudo da contabilidade num elemento concreto, real, visando uma melhor assimilação por parte dos alunos. Esse elemento é o Inventário Geral do Patrimônio das entidades”. “Iniciar o aluno no estudo da contabilidade por meio de um método de fácil assimilação – O Inventário – fornece sólida base para a compreensão dos elementos formadores do patrimônio administrado, que é o objeto da Ciência Contábil” (VERTES, 1977, p. 21).

No processo de ensino é apresentado, primeiramente, um Inventário Geral Inicial da composição patrimonial de uma determinada entidade, onde são descritos todos os elementos constitutivos do patrimônio, tanto ativos como passivos, apurando-se o valor do capital próprio (patrimônio líquido) pela diferença entre a soma dos ativos e dos passivos. Um ano após, é elaborado um Inventário Geral Final, para que o aluno possa compreender as modificações ocorridas no patrimônio da entidade, especialmente no patrimônio líquido. A diferença apurada entre os valores do patrimônio líquido do primeiro em relação aos do segundo inventário indicam se a entidade teve lucro ou prejuízo no período.

No Inventário Geral Patrimonial encontram-se descritos todos os elementos que compõem o patrimônio da empresa num momento dado e os seus respectivos valores. Apura-se o somatório dos elementos classificados no Ativo e no Passivo, e a diferença entre ambos resulta no Capital Próprio (Patrimônio Líquido).

A partir do Inventário Geral é elaborado o Balanço Patrimonial, que nada mais é do que um Inventário sintético. O objetivo é “levar o aluno ao estudo de noções preliminares sobre uma das mais importantes peças contábeis: o Balanço Patrimonial e a sua constituição a partir do Inventário Geral” (VERTES, 1977, p. 24).

O balanço elaborado a partir do inventário geral apresenta os grupos patrimoniais, sem o detalhamento dos itens (o que é feito no inventário geral), e obedece à mesma ordem de classificação dos elementos adotada na elaboração do Inventário Geral Patrimonial.

O Inventário Geral Patrimonial e o Balanço Patrimonial são elaborados obedecendo a “ordem de liquidez”, ou seja, como primeiro elemento aparece caixa que representa o dinheiro existente e, em seguida, registram-se os itens que poderão ser transformados em dinheiro mais rapidamente e, por último, os itens que não se destinam à venda (imobilizações). A classificação dos itens do passivo segue a ordem de exigibilidade, ou seja, de acordo com as datas de vencimento. Já, desde 1959, quando começou a lecionar na Universidade, o professor Vertes ensinava que na elaboração do Inventário Geral do Patrimônio e do Balanço Patrimonial deveria seguir-se a “ordem de liquidez”, a qual foi consagrada somente em 1976 pela Lei 6.404 (Lei das Sociedades Anônimas). Antes da vigência da Lei 6.404, a estrutura do Balanço Patrimonial era regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 2627 de 1940, conforme segue:

- a) o ativo será dividido em ativo imobilizado, estável ou fixo, ativo disponível, ativo realizável a curto prazo e a longo prazo, contas de resultado pendente, contas de compensação;
- b) o passivo será dividido em passivo exigível, a longo e a curto prazo, e passivo não exigível, neste compreendido o capital e reservas legais e estatutárias, e compreenderá também as contas de resultado pendentes e as contas de compensação (BRASIL, Decreto-Lei 2627/40, artigo 129).

O Balanço Patrimonial serve de base para iniciar o processo de escrituração contábil. Isso ocorre com o enunciado de operações permutativas que alteram, de forma qualitativa, o patrimônio. Cada nova operação dá lugar a um novo balanço, ou seja, a contabilidade (escrituração contábil) é uma seqüência de balanços. De acordo com Vertes (1977, p. 24), “constitui-se a Seqüência de Balanços no pano de fundo para a compreensão de processos tradicionais de escrituração [...]”. Demonstra que a escrituração é o registro dos fatos ocorridos entre o balanço inicial e o final.

Uma vez assimilado esse processo, são constituídas as contas (razão) com base no Balanço Patrimonial, permitindo ao aluno “[...] perceber que as contas são o próprio Balanço, mesmo quando funcionam separadas desse (Razão), mantendo assim a visão do todo na contabilidade”.

Para explicar o estabelecimento das contas de resultados, segue-se o mesmo raciocínio anterior. As variações modificativas são apresentadas ao aluno para permitir que o mesmo tenha uma visão completa de todo o processo. Os procedimentos metodológicos descritos por Vertes (1977, p. 28) são:

- 1.º Passo: o registro das variações modificativas lançando-as diretamente na Conta Capital, como um recurso utilizado para fixar o aluno no que realmente representam essas variações: aumento ou diminuição do Patrimônio Líquido;
- 2.º Passo: a demonstração do desdobramento da conta Capital, que permite ao aluno ver nascer um dos instrumentos mais conhecidos na prática contábil: a conta Lucros e Perdas.
- 3.º Passo: o desdobramento da conta Lucros e Perdas (contas de receitas e de despesas) para o registro dos lançamentos das variações modificativas, separadamente.

Pode-se perceber, com base no exposto, que a metodologia de ensino da contabilidade é desenvolvida de tal forma que possibilite ao aluno o entendimento de todo o processo contábil: desde o Inventário Geral inicial, que dá o suporte para elaboração do Balanço Patrimonial (inicial), passando pelos registros contábeis das variações permutativas e

modificativas nas contas do razão, as quais, no final do período, somadas aos saldos iniciais, compõem o Balanço Patrimonial final e a Demonstração de Resultados. Para o professor Vertes, no final do exercício deve ser feito o Inventário Geral Patrimonial final. Estabelecendo-se a diferença entre o capital próprio do Inventário Geral inicial e o capital próprio do Inventário Geral Final, obtém-se o resultado do exercício. O resultado apurado com base nos dois inventários (inicial e final) deve ser confrontado com o resultado apurado com base na escrituração. O procedimento constitui-se na prova material de que a escrituração foi executada de forma adequada.

#### 4.2.2 Tabela Leopoldense

A Tabela Leopoldense, assim denominada pelo professor Vertes por ter sido utilizada pela primeira vez no Brasil, na cidade de São Leopoldo, foi por este implementada na FEVARSINOS em 1959, para auxiliar na apuração do resultado do exercício e nos registros de encerramento do exercício. Conforme Vertes (1967, p. 203), “[...] é uma relação tabulada de componentes organizados”. A tabela orienta as operações feitas durante o exercício, possibilitando a apuração dos resultados mediante a comparação dos valores constantes no inventário contábil e os valores apurados no levantamento do inventário geral. Também facilita a escrituração e possibilita um controle matemático desta, tem fins estatísticos e serve de base para análise do balanço patrimonial e de resultados.

Do ponto de vista didático, a Tabela Leopoldense possibilita ao aluno associar o processo de escrituração aos respectivos efeitos no patrimônio e apurar o resultado de duas formas: através das contas de resultado e através das contas patrimoniais. Fornece também subsídios para o aluno efetuar os lançamentos de encerramento do exercício.

Vertes reiterava que para a contabilidade ser um instrumento de informação adequado à tomada de decisão deveria apresentar os relatórios (balanço e resultado do exercício) mensalmente. A Tabela Leopoldense atende esse objetivo perfeitamente.

Uma tabela semelhante (denominada de Papel de Trabalho) é apresentada no livro *Intermediate Accounting* editado nos Estados Unidos, cuja 9ª edição publicada em 1998 foi possível acessar. Esse livro foi elaborado por: Donald E. Kieso, Ph.D., CPA e Jerry J. Weygandt, Ph. D., CPA.

A finalidade desse “Papel de Trabalho” é a mesma da Tabela Leopoldense, ou seja, auxiliar no processo de encerramento do exercício e na elaboração das demonstrações contábeis. De acordo com Kieso e Weygandt (1998, p.93),

Para facilitar o encerramento do período financeiro contábil (mensal, trimestral ou anual) e relatar o processo, freqüentemente é utilizado o “Papel de Trabalho”. O “Papel de Trabalho” é uma folha de papel com colunas, usada para ajustar o balanço contábil e preparar as demonstrações financeiras. O uso do “Papel de Trabalho” ajuda o contador a preparar as demonstrações financeiras e fornece as bases adequadas para o processo. Dessa forma, não é necessário atrasar a preparação das demonstrações financeiras até os ajustes e os lançamentos de encerramento estarem registrados no diário (Tradução Livre).

Conforme mencionado anteriormente, em 1959 o professor Vertes já utilizava a Tabela Leopoldense no ensino da contabilidade como elemento auxiliar na apuração do resultado do exercício, na elaboração dos lançamentos de encerramento das contas e na elaboração das demonstrações contábeis. Esse instrumento continua sendo utilizado na disciplina de contabilidade introdutória na UNISINOS.

Além dos fins didáticos, a Tabela Leopoldense também foi adotada em empresas situadas na Região da Grande Porto Alegre, dentre as quais se destacam: Montepio da Brigada

Militar, Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN) e Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE).

#### 4.3 Difusão da metodologia de ensino da contabilidade

Na FEVARSIOS, o professor Vertes formou alunos que passaram a ser seus assistentes, seguidores dessa metodologia e, aos poucos, foram assumindo as disciplinas de contabilidade.

Visando difundir a metodologia de ensino da contabilidade, foram realizados diversos cursos de Atualização em Contabilidade Geral na FEVARSIOS/UNISNIOS.

O primeiro Curso Superior de Atualização em Contabilidade Geral foi realizado nos dias 15 a 17 de janeiro de 1973, e contou com a presença de nove professores de três estados brasileiros. No ano seguinte, em 1974, foi realizado nos dias 14 a 18 de janeiro, o II Curso Superior de Atualização em Contabilidade Geral. Em 1975 realizou-se o III Curso Superior de Atualização em Contabilidade Geral com a participação de 27 professores, pertencentes a Instituições de Ensino Superior dos estados da Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul. Em julho de 1976 foi realizada uma edição desse curso em Belém-Pará. As aulas foram ministradas pelo professor Vertes e 22 professores se fizeram presentes.

Nos anos seguintes foram realizadas novas edições do curso, porém não há documentação comprobatória, conforme destaca Ott (2005). Nessas condições, não é possível informar com precisão quantas edições teve o referido curso. O último documento encontrado sobre o assunto é de 1978, e informa que seria realizado nos dias 8 a 12 de janeiro de 1979 o IX Curso Superior de Atualização em Contabilidade Geral.

Para Basso (2006), a metodologia utilizada pelo professor Vertes era muito bem fundamentada e explicada através de conceitos teóricos, ficando claro porque determinados procedimentos deveriam ser feitos dessa forma e não de outra. Considera que “[...] o professor Vertes tinha uma visão mais humanista e mais científica da contabilidade, e esse foi o grande mérito que ele teve no ensino da contabilidade”. Nesse sentido, na UNIJUÍ, considera-se importante a contribuição do professor Vertes ao ensino da contabilidade, tanto que tem se procurado preservar e disseminar a metodologia dele com muito empenho, conforme destacado por Basso (2006).

Essas iniciativas do professor Vertes tinham como objetivo principal a difusão da metodologia desenvolvida por ele e constituíram-se nos primeiros cursos de extensão promovidos pela Faculdade de Economia do Vale do Rio dos Sinos. Beulke (2006) relata que “[...] ele começou a levar os primeiros cursos de extensão não só para alunos, mas, também, para participantes externos. Eu desconhecia outra instituição que, na época, fizesse isso”.

#### 4.4 Associação de Professores do Ensino Superior de Contabilidade (APESC)

A APESC foi criada em 1974 por iniciativa do professor Vertes, durante a realização do segundo Curso Superior de Atualização em Contabilidade Geral. Na ocasião, Vertes foi designado para elaborar o estatuto da associação, o qual foi registrado no Cartório de Registro Especial em 10 de setembro de 1976.

O I Encontro da APESC foi realizado no dia 09 de novembro de 1974, na sede do Clube dos Bacharéis em Ciências Contábeis, em Porto Alegre, para tratar da fundação da referida entidade. Esta foi constituída sob a forma de Sociedade Civil sem fins lucrativos, e poderia ter um número ilimitado de sócios, desde que estes fossem professores do ensino superior de contabilidade.

A APESC tinha a finalidade de congregar os professores do ensino superior de contabilidade, promover pesquisas científicas, aperfeiçoar e difundir práticas adotadas e uniformizar nomenclaturas. Deveria servir também como órgão de consultas pertinentes a assuntos contábeis para o Governo Federal, Estadual e Municipal. Objetivava também a organização de uma biblioteca especializada, visando colocar à disposição dos associados: periódicos e livros nacionais e internacionais na área contábil, além de promover intercâmbios cultural, científico e social. Becker (2006) menciona que

o professor Alexandre, rigorosamente, liderou a Associação de Professores do Ensino Superior de Contabilidade. Efetivamente, de minha parte ele recebeu imediatamente todo o apoio. Participei de reuniões, etc. Mas, ele foi o líder, pelo menos se teve outro eu não sei. Para mim, ele foi quem liderou o movimento.

O II Encontro da APESC foi realizado em setembro de 1976, e apresentou um Painel sobre o tema: “A formação do contador e o mercado de trabalho”, sendo discutidos assuntos pertinentes à formação universitária, educação continuada do contador, mercado de trabalho, remuneração, ética profissional e campos de especialização com ênfase em auditoria independente.

O III Encontro da APESC foi realizado na cidade de Rio Grande, no dia 1.º de junho de 1980. Nessa ocasião os associados da entidade entregaram ao professor Vertes uma placa como homenagem pela idealização e criação da mesma. Em relação aos demais encontros não foi possível acesso aos documentos, impossibilitando maiores detalhes.

Posteriormente, a APESC mudou a sigla para APROFESC e também mudou a sede para a cidade de Vitória, no Espírito Santo. O último documento encontrado sobre a referida entidade é de 1989, assinado pelo então Presidente, Sr. Acácio Lima, no qual se informa que o IX encontro seria realizado no mês de julho de 1990.

A APROFESC foi desativada em 1993. A reativação da referida entidade foi debatida no IV Fórum Nacional de Professores de Contabilidade, realizado de 13 a 15 de setembro de 2003, em Gramado. “Uma resolução relevante tomada no IV Fórum diz respeito à reativação da Associação de Professores do Ensino Superior de Contabilidade (APROFESC), desde 1993 desativada” (CRCRS, 2003, p.6).

Destaca-se que a APROFESC foi a primeira entidade criada para congregar professores do ensino superior de contabilidade, evidenciando o empenho do professor Vertes em promover a união dos docentes em prol da melhoria do ensino da contabilidade. Nesse sentido, foi uma conquista significativa para o aprimoramento do ensino contábil brasileiro, merecendo ser reativada.

#### 4.5 Produção Científica

O professor Vertes publicou livros na área de contabilidade básica e em estrutura e análise de balanços. Nas suas obras aborda a didática do ensino da contabilidade, visando tornar o aluno agente ativo no processo de aprendizagem, capacitando-o para as demandas do mercado, e apresenta a contabilidade no contexto da gestão empresarial e não como mera transcrição e leitura de fatos passados.

No Quadro 1 apresenta-se a relação dos livros publicados pelo professor Vertes, destacando-se o ano da primeira edição e a quantidade de edições de cada um.

Ano	Livro	Editora	Número de edições
1966	Apontamentos sobre Iniciação à Dupla Contabilidade Geral	Ema	2
1967	Dupla Contabilidade Geral	Sulina	4
1968	Iniciação a Dupla Contabilidade Geral	Sulina	5
1975	Estrutura, Análise e Interpretação de Balanços	UNISINOS	7
1975	Dupla Contabilidade Geral: caderno de exercícios	Sulina	1
1977	Estrutura, Análise e Interpretação de Balanços	Otomit	9
1977	Iniciação a Dupla Contabilidade Geral: livro do professor	Sulina	1
1981	Estrutura, Análise e Interpretação do Balanço de Resultados	UNISINOS	2
1983	Contabilidade Avançada	UNISINOS	2
1986	Contabilidade Avançada	Otomit	3
1987	Iniciação à Dupla Contabilidade Geral	Otomit	2
1987	Iniciação à Dupla Contabilidade Geral: livro do professor	Otomit	1
1987	Iniciação a Dupla Contabilidade Geral: livro de exercícios	Otomit	2
1990	Estrutura, Análise e Interpretação do Balanço de Resultados	Otomit	1

**Quadro 1:** Relação dos livros publicados pelo professor Dr. Alexandre Vertes

As obras demonstram nitidamente a preocupação com o aspecto informacional da contabilidade e, por conseqüência, à utilização desta na gestão das empresas. Conforme depoimento de Koliver (2006), para entender a produção científica do professor Vertes, é preciso considerar a formação que ele teve na Europa, que era muito mais evoluída em termos de cultura, educação e economia. Por isso, ele possuía uma visão de mundo muito mais ampla, ele acreditava “[...] na necessidade da visão dedutiva nas coisas, do geral para o particular, para que se consiga inserir o particular dentro do mundo geral”.

Os livros de autoria do professor Vertes fazem parte do acervo bibliográfico de 149 Instituições de Ensino Superior distribuído em 19 Estados brasileiros. Considerando o número de edições de suas obras e a distribuição destas nas Unidades da Federação, pode-se considerar que tiveram uma boa aceitação e difusão, apesar de terem sido publicadas por editoras locais e de pouca abrangência em nível nacional. E, a divulgação dessas obras, na época, não foi priorizada.

O professor Vertes também foi autor de diversos artigos publicados, principalmente, nas revistas da UNISINOS (Vale do Rio dos Sinos e Perspectiva Econômica) e na revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRC-RS). Em relação aos seus artigos, Koliver (2006) comenta que “[...] o Vertes era capaz de escrever coisas de muita profundidade na revista”. Recorda que na época em que foram escritos a maioria dos seus artigos, algo em torno de trinta anos atrás, a publicação de artigos era muito limitada, pois não havia mestradados nessa área, de onde provém atualmente grande número de artigos.

Na análise dos artigos, observou-se que os temas abordados são recorrentes, ou seja, expressam a convicção das suas idéias, as quais, através dos meios pertinentes, empenhou-se em divulgar e defender. Os temas referentes ao inventário geral patrimonial, à dupla contabilidade e ao ensino da contabilidade, foram sistematicamente desenvolvidos dentro de uma mesma lógica e bem fundamentados teoricamente.

Na década de 1960, o professor Vertes já vislumbrava as instituições de ensino como agentes ativos no desenvolvimento regional. Nessa época, direcionava suas pesquisas visando integrar a Faculdade com a comunidade. Sob sua orientação foram desenvolvidos diversos projetos de pesquisa visando a análise econômica e financeira dos ramos mais significativos da economia do Vale do Rio dos Sinos. Os projetos de pesquisa foram bastante valorizados pelos setores econômicos regionais, considerando-se a difusão dada pela imprensa local.

O professor Vertes também se dedicou a pesquisas na área do ensino universitário, visando ao desenvolvimento de novas didáticas de ensino da contabilidade. Ele acreditava que a didática do ensino superior deveria motivar e dar condições ao aluno para ser, nesse

processo, sujeito ativo, ou seja, dar oportunidade ao aluno de buscar o conhecimento por si mesmo.

Em 1982 foi desenvolvido sob orientação do professor Vertes, um projeto de pesquisa num curso de especialização em Contabilidade, cujo objetivo era verificar a obrigatoriedade de elaboração do Inventário Geral Patrimonial em outros países. Para a realização da pesquisa foram solicitados para as embaixadas da Áustria, Bélgica, Checoslováquia, Espanha, França, Guatemala, Hungria, Itália, México, Paraguai, Portugal, Suécia, Uruguai, Venezuela, Alemanha e Argentina, livros básicos de contabilidade. Foi constatado que em todos os 16 países o Inventário Geral Patrimonial era ensinado e obrigatório. Com base nessa pesquisa foi apresentado um Projeto de Lei, cujo objetivo era tornar obrigatório o Inventário Geral Patrimonial no Brasil. Esse projeto teve dois encaminhamentos: o primeiro através do Deputado Siegfried Heuser, em 1984, sob número 3377, e o segundo através do Deputado Victor Faccioni, em 1991, sob número 92/91.

O projeto foi muito elogiado nas duas vezes que tramitou pelas diversas comissões, mas acabou sendo rejeitado com base em argumentos das entidades empresariais. Considerando que a referida demonstração visa dar mais segurança e transparência à contabilidade das empresas, é possível que o referido projeto atualmente tivesse uma melhor acolhida por parte das entidades empresariais. Ott (2005) assinala que “[...] esta talvez seja uma dívida que nós temos que cumprir ainda com o nosso professor, que é retomar a proposta de exigência da elaboração do Inventário Geral Patrimonial pelas empresas”.

O professor Vertes sempre defendeu a obrigatoriedade, no Brasil, do Inventário Geral Patrimonial. Para ele, o inventário é a base da contabilidade e o ponto fundamental da sua metodologia de ensino da contabilidade. Essa teoria foi defendida em todos os seus livros e em vários artigos.

#### 4.6 Homenagens

Em reconhecimento a sua notável contribuição na criação e desenvolvimento do Curso de Ciências Contábeis e da própria UNISINOS, recebeu o título de Professor Benemérito em 31 de julho de 1984. Em 1989 recebeu o título de Professor Emérito e, em 1994, no 25º. Aniversário da UNISINOS, o Diploma de Honra ao Mérito.

A sua atuação como docente foi reconhecida também pelo Clube dos Bacharéis em Ciências Contábeis, pelo Instituto de Contadores e Auditores do Rio Grande do Sul e pela Associação Profissional dos Contadores de Porto Alegre que, em 1984, outorgaram-lhe o título “Professor Destaque”.

No ano de 1970 foi homenageado pela Prefeitura Municipal de São Leopoldo, que lhe concedeu o prêmio de destaque no setor de Economia. Em 1982 recebeu da Prefeitura Municipal de São Leopoldo o título de Cidadão Leopoldense.

Seu trabalho também foi reconhecido pelas entidades de classe, materializados no Diploma do Mérito Contábil Maranhense, que recebeu do Conselho Regional de Contabilidade do Maranhão (CRC-MA) em 19 de março de 1989 e na homenagem do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRC-RS), em 1990, por sua notável contribuição em prol da cultura contábil gaúcha e brasileira.

## 5 Considerações Finais

Com a realização deste trabalho pretendeu-se fazer uso das técnicas de pesquisa documental e de história oral temática, para elaborar a biografia de um professor que se dedicou durante 30 anos ao ensino e à pesquisa na área contábil no Brasil, destacando elementos relacionados à sua vida pessoal, acadêmica e profissional.

A sua elaboração visou colocar em evidência a necessidade de iniciar-se um processo de resgate do trabalho abnegado de inúmeros professores e pesquisadores, que têm dedicado toda a sua competência e esforços em benefício da ciência contábil e que, sem dúvida, merecem ser reconhecidos e os seus trabalhos divulgados, o que contribuirá, sobremaneira, para que se possa construir a história da contabilidade no Brasil.

### Referências Bibliográficas

- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. p. 155- 202. São Paulo: Contexto, 2005. 304p.
- BACCI, João. **Estudo Exploratório sobre o Desenvolvimento Contábil Brasileiro: uma Contribuição ao Registro de sua Evolução Histórica**. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica) São Paulo: Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, 2002. 175p.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999. 206p.
- GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai./jun. 1995. 105p.
- HAGUETTE, Tereza Maria Frota. **Metodologia Qualitativa na Sociologia**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1995. 224p.
- LAFFIN, Marcos. **De Contador a Professor: A trajetória da docência no ensino superior de contabilidade**. Santa Catarina: UFSC, 2003. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção), Centro Tecnológico, Universidade de Santa Catarina, 2002. 191p.
- MANNING, Peter K. *Metaphors of the field: Varieties of organizational discourse*. **Administrative Science Quarterly**. v.24, n.4, p. 660-671, Dec. 1979.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 1996. 78p.
- NEVES, Jose Luis. Pesquisa Qualitativa: Características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**. São Paulo, v.1, n.3, 2º. Sem. 1996.
- SAES, Flávio de Azevedo Marques; CYTRYNOWICZ, Roney. O Ensino Comercial na Origem dos Cursos Superiores de Economia, Contabilidade e Administração. **Revista Álvares Penteado**. FECAP – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado. São Paulo, v.3, n.6, p. 37-59, jun.2001. 129p.
- SCHMIDT, Paulo. **Uma Contribuição ao Estudo da História do Pensamento Contábil**. São Paulo: USP, 1996. Tese (Doutorado em Contabilidade), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 1996. 506p.
- THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado: História Oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 385p.

### Fontes Escritas

- BRASIL. Decreto-Lei n.º 2.627, de 16 de setembro de 1940.
- BRASIL. Decreto-Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976.
- BRASIL. Projeto de Lei n.º 377, de 22 de abril de 1984. Dispõe sobre o Inventário Geral Patrimonial das empresas. *In*: Câmara dos Deputados. **Parecer da Comissão de Constituição e Justiça**. Brasília, 1984.

BRASIL. Projeto de Lei n.º 924, de 07 de maio de 1991. Dispõe sobre o Inventário Geral do Patrimônio das empresas. *In*: Câmara dos Deputados. **Parecer da Comissão de Economia, Indústria e Comércio**. Brasília, 1992.

KIESO, Donald E., WEYGANDT, Jerry J. **Intermediate Accounting**. 9.ed. New York: John Wiley e Sons, 1998. 123p.

VERTES, Alexandre. **Dupla Contabilidade Geral**. 3.ed. Porto Alegre: Sulina, 1967. 600p.

\_\_\_\_\_. Método Revolucionário de Ensino: o aluno já entra em aula sabendo. **Jornal Zero Hora**. Porto Alegre, 26 out. 1973, p. 19.

\_\_\_\_\_. **Iniciação à Dupla Contabilidade Geral**. 3.ed. Porto Alegre: Sulina, 1977. 349p.

IV Fórum Nacional de Professores de Contabilidade. **CRCRS Notícias**. Disponível em: <http://www.crcrs.org.br/boletim/crc-set.03.pdf>Acesso em 10/01/2006.

### **Fontes Orais**

BASSO, Irani Paulo. Ijuí, 09 de janeiro de 2006 (entrevista).

BECKER, Renato. Porto Alegre, 13 de janeiro de 2006 (entrevista).

BEULKE, Rolando. Porto Alegre, 17 de janeiro de 2006 (entrevista).

KOLIVER, Olívio. Porto Alegre, 18 de janeiro de 2006 (entrevista).

OTT, Ernani. São Leopoldo, 21 de dezembro de 2005 (entrevista).